



Índice

- 01** Aty Guasu: Comunidades Guarani Kaiowa de Kurusu Amba-Coronel Sapucaia-MS recebem comunicação oficial de que serão despejadas à força
- 02** Leste europeu pretende investir em turismo em Sergipe [na foz do São Francisco, em área ribeirinha e territórios quilombolas]
- 03** Começa a ventar novamente na Baía de Guanabara: AHOMAR terá assembleia amanhã, 12
- 04** Em Brasília, MAB se reúne com CODEVASF por direitos
- 05** Atingidos acampam na Assembleia de Legislativa de MG
- 06** Atingidos por Belo Monte acampam em frente à sede da Norte Energia
- 07** Associação indígena de Rio Preto da Eva quer aumentar produção de banana
- 08** Ribeirinho Cidadão VIII supera expectativas; Quase 5,5 mil pessoas são atendidas em 15 dias
- 09** Universidade Federal de MS participa de ação no rio Paraguai
- 10** Incra é denunciado por demora na titulação de terras quilombolas
- 11** Itacaré: território quilombola tem relatório técnico publicado
- 12** MPF/AP cobra fornecimento ininterrupto de energia elétrica no Bailique
- 13** Indígenas atribuem a ato de racismo assassinato de professor Huni Kui



- 14** Telmário Mota defende prioridade para o Estatuto dos Povos Indígenas
- 15** Ação da Codevasf irá ampliar pesquisa, produção e piscicultura familiar
- 16** Movimentos sociais apresentam reivindicações a representantes do Governo
- 17** Seis pessoas sobrevivem após avião cair em comunidade indígena no AM
- 18** Centrais e governo vão debater MPs sobre benefícios no Congresso
- 19** Sedap elabora plano estratégico para o setor pesqueiro e aquícola do Pará
- 20** Defesa Civil destina carregamento de água mineral para comunidades no Baixo Madeira
- 21** Estudo mostra desmatamento em áreas de proteção ambiental
- 22** Aguilera destaca prêmio recebido por liderança indígena
- 23** Índios, empreiteiras, Petrobrás e parlamentares
- 24** ADI 3239: Decreto do PFL/DEM contra quilombolas na pauta do Supremo Tribunal Federal
- 25** Após 70 anos, 'soldados da borracha' são indenizados
- 26** Aty Guasu divulga a carta de KURUSU AMBA enviada ao presidente do STF
- 27** Movimentos interditam BR-251 em MG pelo direito à água, demarcação e reforma agrária
- 28** Embrapa e Associação de Agroextrativistas desenvolvem projeto na Ilha das Cinzas
- 29** Índios Xavantes considerados heróis após assalto em agência dos Correios
- 30** Vítimas da cheia de 2014 recebem cartão de benefício a partir desta sexta-feira

Aty Guasu: Comunidades Guarani Kaiowa de Kurusu Amba-Coronel Sapucaia-MS recebem comunicação oficial de que serão despejadas à força
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.03.2015



Aty Guasu

As lideranças e comunidades Guarani Kaiowa de tekoha Kurusu Amba-Coronel Sapucaia-MS recebem comunicação oficial da mega-operação da Polícia Estadual do MS e Federal, que os Guarani Kaiowa, no dia 16/03/2015 serão atacadas e despejadas à força a mando dos fazendeiros/justiça/governo Dilma. Frente à comunicação oficial recebida, as comunidades resistem e comunicam, mais uma vez a todas as imprensas e sociedades nacionais e internacionais para registrar a ação de genocídio, extermínio e as violências oficiais do Estado brasileiro contra os povos Guarani Kaiowa.

Nos últimos dias, uma equipe de jornalistas e documentaristas internacionais coordenada pela atriz e atora de diversos filmes Italiana Barbara Cupisti visitam Kurusu Amba e registram as situações miseráveis, vulneráveis e fome dos povos Guarani Kaiowá. As lideranças e comunidades relatam e reafirmam que tem poucos dias de vidas, decidem e se sentem que vão ser morto pela operação policiais:

CONT.



“Recebemos aviso pessoalmente do delegado da PF que no dia 16/03/2015 nós comunidades de Kurusu Amba seremos atacados e morto pela operação da polícia federal, decidimos em resistir ser todos mortos pela polícia aqui em Kurusu Amba, comunicamos a todas sociedades brasileiras, imprensas nacionais e intencionais para registrar e assistir o massacre Guarani Kaiowa pela polícia Federal, no dia 16/03/2015, é para imprensa e todas podem vir filmar e as nossas mortes pela justiça e governo do Brasil. Já pedimos às polícias federais para matar todos nós, matar crianças, matar mulheres, idosos, pedimos às polícias que matem nós todos juntos por fuzilamentos pelas polícias do Brasil, essa parte, pedimos às imprensas para divulgar. Pedimos com vidas, não é para retirar os nossos cadáveres daqui de tekoha Kurusu Amba, isso é a nossa decisão definitiva”, reafirma comunidades Guarani Kaiowa.

Dessa forma as comunidades Guarani e Kaiowa reafirmam, e pedem para todos e todas divulgar essa decisão e visitar pela última vez para falar com as comunidades que estão na mira de armamento pesado da mega-operação da polícia federal.

Vários amigos e amigas, parentes indígenas e não indígenas, defensores de Direitos Humanos estão indo ao tekoha Kurusu Amba.

De fato, as comunidade decidem definitivamente em lutar e morrer pela terra tradicionais, essa é decisão dos povos Guarani e Kaiowa.

O governo Dilma e Justiça do Brasil em vez de demarcar as terras Guarani e Kaiowa autorizam o massacre, genocídio, violências contra os povos Guarani Kaiowa.

Aty Guasu luta contra as violências.

Foto: Aty Guasu.

Leste europeu pretende investir em turismo em Sergipe [na foz do São Francisco, em área ribeirinha e territórios quilombolas]

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.03.2015



No FaxAju

As belezas e o potencial de desenvolvimento de Sergipe chamaram a atenção do país do leste europeu, Belarus, que através do embaixador da República no Brasil, Leonid Krupets, e do cônsul honorário do país em São Paulo, presidente da Câmara Comercial Brasil – Belarus e vice-presidente da Câmara de Comércio Brasil-Rússia em São Paulo, Grigori Goldchleger, apresentaram propostas de parcerias e investimentos no estado, em reunião com o governador Jackson Barreto.

Os membros do corpo diplomático da Belarus (antes conhecido como Bielorrússia) expuseram as características do seu país e o interesse de investir primeiramente em áreas como Turismo e Indústria de Petróleo em Sergipe, com possibilidade de ampliar os investimentos para diversas áreas como as relacionadas à extração de potássio, a qual o país é um dos líderes no mercado, e fabricação de tratores, outro setor de destaque do país.

"Conversamos sobre investimentos para o nosso estado. Foi uma conversa muito interessante, não apenas de cordialidade, mas para a abertura de relações entre dois polos amigos, e, acima

CONT.



de tudo, de discussão de projetos de interesses do estado de Sergipe e da União, já que Belarus é um país com a economia muito avançada, muito industrializado, exportador de potássio para o nosso país, e que tem uma expertise muito grande nessa área de extração mineral. Eles também ficaram muito admirados com a qualificação e as condições de investimentos do nosso estado na área de turismo. Tivemos uma conversa muito ampla e nos entendemos para que uma comissão do nosso governo possa ter outras conversas mais detalhadas com o embaixador, o cônsul e sua equipe para tratar de negócios de interesse do estado de Sergipe e de Belarus, que é uma república que tem uma produção industrial muito importante”, informou Jackson Barreto.

Durante a visita, representantes da Setur apresentaram os potenciais turísticos do estado aos visitantes. Na oportunidade, o embaixador e o cônsul manifestaram oficialmente interesse na construção de um resort na foz do Rio São Francisco e na implantação de uma fábrica de unidades de bombeio para produção de petróleo, próximo ao Terminal Marítimo Inácio Barbosa, provavelmente no município de Santo Amaro. A Câmara de Comércio Belarus-Brasil, juntamente com a Câmara de Comércio Brasil-Rússia atuarão no sentido de atrair investidores de Rússia e Belarus para os empreendimentos.

“Para nós foi uma visita muito importante, primeiro porque queremos conhecer mais o país, eu como embaixador preciso saber, conhecer e fazer laços mais amplos entre os nossos países. Por isso, estamos agora com nossa equipe aqui para conhecer mais este estado e propor alguns projetos de trabalho conjunto. Apresentei nosso país ao governador, falei da nossa indústria, agricultura, turismo e acho que podemos encontrar projetos que podemos trabalhar muito. Para nós, da Belarus, é muito importante porque nós não conhecemos esta parte do Brasil, conhecemos São Paulo, Rio de Janeiro, mas essa bonita terra não conhecemos. Falamos sobre alguns projetos que podemos desenvolver na esfera do potássio, turismo, construção de hotéis e vamos buscar outras direções. Gostei muito dessa terra”, afirmou o embaixador Leonid Krupets.

Turismo e desenvolvimento no Baixo São Francisco

O resort projeta a criação de 300 apartamentos e deverá se situar no município de Brejo Grande, levando desenvolvimento para o Baixo São Francisco, uma das regiões de maior preocupação do governador Jackson Barreto e que é prioridade das políticas de Estado, devido aos baixos indicadores sociais da localidade.

Segundo o cônsul Grigori Goldchleger, o projeto já se inicia com um forte público alvo, que irá garantir a ocupação durante todo o ano: os turistas bielorrussos que começaram a conhecer o Brasil, mas que ainda têm como foco as regiões mais conhecidas internacionalmente, como São Paulo e Rio de Janeiro.

“Podemos trazer de 800 a mil turistas para Sergipe por mês, porque estamos estudando uma parceria com uma Companhia de Turismo do país que tem um grande público, pois no nosso

CONT.



país o trabalhador tem direito a 30 dias de descanso ao ano e as empresas são incentivadas a pagarem por esses dias de descanso e oferecerem aos seus funcionários o custeio de viagens para eles descansarem, e assim esse custeio é descontado no imposto de renda da empresa. Por isso, os trabalhadores de classe média viajam uma vez ao ano, mas já estão cansados de destinos comuns como a Turquia e o Mar Negro e irão se encantar com as belezas dessa região”, disse Grigori Goldchleger.

Para o secretário de Turismo, Adilson Júnior, a vinda de empreendimentos como este visa consolidar o estado de Sergipe como destino turístico. “Nós vivemos um momento muito especial no turismo de Sergipe. Vamos começar a partir de amanhã a mostrar locais a eles (da Embaixada), onde eles possam implantar este resort que será muito bom para o desenvolvimento do estado. Esse que pode vir a ser primeiro resort de Sergipe e hoje existe uma demanda reprimida de grandes resorts no estado, pois existe um resort da CVC que também tenta se instalar aqui, mas está com alguns impasses. Vamos trabalhar com este grupo para trazer esse projeto aqui para Sergipe”.

O governador lembrou que a gestão estadual está iniciando as obras da Rodovia SE-100 Norte – trecho: Aguilhadas / Atalho (Pirambu – Pacatuba), localizada próxima à área projetada para o resort. A implantação da Rodovia SE-100 Norte integrará todo o litoral sergipano. A rodovia conta com recursos do Proinveste, com orçamento de R\$ 38.775.570,02. A obra já foi licitada e aguarda a Licença para Instalação.

“Também estamos discutindo a construção de uma ponte que ligará o Litoral Norte sergipano ao estado de Alagoas. Nós defendemos que esta ponte seja nesta região que precisa muito da atenção do Estado para seu desenvolvimento, pois esta ponte será um instrumento transformador dessa localidade, que tem um grande potencial turístico”, acrescentou Jackson.

Petróleo e gás

A fábrica proposta visa produzir unidades de bombeio e componentes para a exploração de petróleo. Os visitantes manifestam interesse em situá-la no estado de Sergipe, pela sua localização, entre os principais polos de produção de petróleo em terra do Brasil, Espírito Santo e Rio Grande do Norte.

De acordo com o cônsul Grigori Goldchleger, o foco da empresa será a fabricação de equipamentos para serem fornecidos a indústria de petróleo, campo que é escasso no Brasil. “A Petrobras encontra dificuldades no fornecimento de equipamentos como bomba de fundo, cavalinho, bomba centrífuga, equipamentos para exploração na terra. Ofereceremos também atendimento técnico, manutenção e troca de peças relacionadas a estes equipamento. É todo um mercado que existe no Brasil e nossa empresa já é credenciada com a Petrobras”.

O secretário da Sedetec, Francisco Dantas, reforçou a possibilidade de diversas parcerias entre o estado e o país do leste europeu. “Sabemos que Belarus é um país bastante industrializado, bem desenvolvido e que mostrou esse interesse de fazer intercâmbio na área econômica com o

CONT.



estado de Sergipe. Eles têm capital. Vamos cumprir a determinação do governador Jackson Barreto, de trabalhar para gerar desenvolvimento, renda e emprego no estado. É uma porta que se abre e cabe a nós acreditarmos nela e trabalhar para que tudo dê certo”, explicou.

O vice-governador, Belivaldo Chagas, o terceiro secretário da Embaixada da Belarus no Brasil, Pavel Urbanovich, o representante em Sergipe da Câmara de Comércio Belarus-Brasil, o sergipano Arthur Barreto participaram da reunião, acompanhados por assessores.

Sobre a Belarus

Hoje um país independente, Belarus foi uma das repúblicas mais industrializadas da antiga União Soviética. Processa hoje 30% de petróleo da antiga União Soviética e é um dos maiores produtores de petroquímica do mundo. O país também é um grande produtor de trigo. Possui 12 milhões de habitantes e faz fronteira com a Polônia, Ucrânia, Rússia, Lituânia e Letônia. Por sua centralidade na Europa, pode se constituir em um lugar estratégico para exportações do estado de Sergipe.

A Câmara de Comércio e Indústria Brasil – Belarus (CCIBB) foi fundada em abril de 1999, durante a visita do Senhor Aleksandr Sazonov, ministro de Estado de Empresariado e de Investimentos de Belarus. A Câmara tem abrangência nacional e está filiada à Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e à Federação das Câmaras de Comércio Exterior (FCCE), filiada à Confederação Nacional do Comércio (CNC). A Câmara de Comércio é uma associação sem fins lucrativos, um órgão consultivo e informativo, que organiza visitas, eventos específicos para empresas e instituições associadas, que atuam no comércio bilateral e multilateral, estimulado o intercâmbio econômico e comercial.

O comércio exterior entre Sergipe e Belarus dá-se de forma intermitente desde o ano 2.000, registrando um período de 03 anos com efetivas relações comerciais entre 2005 e 2007 e, isoladamente, o ano de 2012, último de registro de transações entre o estado e o país do Leste Europeu. Nos quatro anos registrados verificou-se importações sergipanas de produtos químicos belorrussos, a saber: sulfato de amônio e outros cloretos de potássio, insumos utilizados, respectivamente, na fabricação de fertilizantes e na indústria farmacêutica. No período, o valor total das importações foi de US\$ 6.424.528.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira.



Boletim de Notícias - Edição nº 45/2015

Brasília, 12 de março de 2015.

Começa a ventar novamente na Baía de Guanabara: AHOMAR terá assembleia amanhã, 12

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.03.2015



Após mais de um ano fechada, com seus principais dirigentes ameaçados e obrigados a se alojar com a família em apartamentos, hotéis, albergues, em condições mais que precárias, a Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara, AHOMAR, está convocando associados e apoiadores para uma Assembléia Geral Ordinária amanhã, 12 de março, a partir ds 9:30h.

Na Pauta, estão os seguintes assuntos:

- Reabertura de sua sede administrativa;
- Mortandade de peixes na Baía;
- Ações Administrativas e Judiciais; e
- Assuntos Gerais.

A AGO será na Travessa São Lourenço, s/n, Coroa de São Lourenço, Praia de Mauá, Município de Magé, RJ. A indicação para facilitar é: próximo ao Bar do Cigano.

Parabéns ao Defensor de Direitos Humanos e presidente da Associação Alexandre Anderson pela persistência na luta. Parabéns a Daize Menezes e à turma corajosa da AHOMAR. Mesmo à distância, toda a nossa solidariedade e torcida.

Em Brasília, MAB se reúne com CODEVASF por direitos

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.03.2015

Atingidos das comunidades de Nova Porteirinha e Jequitaí denunciam violações de direitos



MAB

Nesta tarde uma comissão composta por 20 atingidos pelos projetos de Gorotuba e Jequitaí, na região do norte de Minas, se reuniu com coordenadores da empresa CODEVASF para apresentarem sua pauta de reivindicações.

O Projeto Gorotuba foi criado com o objetivo de ser um grande projeto de irrigação na região de Janaúba, para atender as demandas do agronegócio na região. Com isso, em meados da década de 70, constrói-se a Barragem do Bico da Pedra pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), hoje administrada pela CODEVASF, e um novo município é constituído, o de Nova Porteirinha, para facilitar a administração dos perímetros irrigados.

As populações que residiam na área da barragem foram expulsas de suas terras, com pagamentos irrisórios e sem nenhuma assistência governamental. Nesse novo município se

CONT.



estabelece duas grandes empresas de fruticultura, a Uvale e a Banavites que tomam terras de outras comunidades que viviam no perímetro irrigado. Após um longo período de exploração da terra e usufruindo da água, essas empresas se retiram do projeto deixando a dívida de arrendamento da terra.

A CODEVASF então cria os projetos de colonização e comunidades atingidas, expulsas pela Barragem do Bico da Pedra que assumem pequenas parcelas de terra, porém também é repassada a dívida deixada por essas empresas com um novo arrendamento de terra, que a mais de 20 anos continua sendo cobrada das famílias.

Dentre as principais reivindicações dos atingidos pelo Projeto Gorotuba está a regularização imediata da terra em que os atingidos vivem após terem sido desabrigados pelo Projeto. Os atingidos não possuem a documentação necessária para provarem a propriedade dessas terras. Sem essa documentação, os atingidos não tem acesso a vários projetos do governo como PRONAC , PNAE entre outros.

Já o problema enfrentados pelos atingidos pelo Projeto Jequitaí, que consiste na construção de duas barragens para geração de energia e irrigação de uma área de 30 mil hectares, referem-se às formas de indenização que estão sendo realizadas individualmente na região, não havendo o reconhecimento do Movimento dos Atingidos por Barragens como interlocutor dos atingidos e atingidas. Além disso, essa construção vem gerando uma série de violações dos direitos da pessoa humana, nos quais são reconhecidos pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), aprovado em 2010.

Dessa forma, muitas famílias atingidas não conseguem informações precisas para desempenhar a negociação e dar continuidade de forma justa e segura como deveriam.

A expectativa do MAB é que os coordenadores regionais da empresa solucionem e dialoguem com os atingidos para resolverem as questões reivindicadas pelos atingidos.

Segue Abaixo as Pautas com as reivindicações dos atingidos:

Pauta regional dos atingidos pelo Projeto Gorotub

Março de 2015

Pauta dos Atingidos pelo Projeto Gorotuba:

1- Reassentamento: cerca de 300 famílias atingidas pelo projeto e indicadas pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) foram cadastradas junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esse processo faz parte da Pauta Nacional do MAB junto ao Governo Federal que já conta com mais de 12 mil famílias cadastradas para serem reassentadas. Assim exigimos que a CODEVASF participe desse processo e realize de forma prioritária e urgente o reassentamento dessas famílias já cadastradas.

CONT.



2- Passivo da CODEVASF com os Atingidos: a CODEVASF possui uma dívida social e histórica com as famílias que foram desapropriadas pelo Projeto Gorutuba. Assim exigimos que essa dívida seja levantada e paga como consta no acordo entre Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR) e o MAB.

3- Títulos de Terra: exigimos a titulação imediata das terras das famílias desapropriadas pelo Projeto, já que o arrendamento realizado sobre estas é indevido visto que as dívidas existentes são anteriores a chegada dos colonos.

4- Dívidas de Água: solicitamos o perdão dos débitos já levantados junto ao Distrito de Irrigação Gorutuba (DIG), visto que o Estado Brasileiro possui uma dívida histórica com os atingidos e essa dívida vem impedindo o acesso a crédito para produção.

5- Tarifas de água: isenção das tarifas de água para os pequenos produtores e tarifação sobre os médios e grandes produtores. Sendo que deve ser revisado o conceito e as questões técnicas que os define, com a participação do MAB.

6- Reforma do Perímetro Gorutuba: exigimos a participação dos atingidos na elaboração do Projeto Básico do Perímetro, que prevê a tubulação dos canais e a instalação de medidores de consumo de água. Com isso pretende-se evitar o aprofundamento da dívida social que o Governo Federal tem com os atingidos.

7- Exigimos a paralisação imediata da pulverização aérea de agrotóxicos dentro do distrito, que vêm causando danos à saúde de toda a população residente.

8- Exigimos que a CODEVASF dê condições aos atingidos de continuarem plantando e para isso é preciso que a empresa garanta kits de irrigação aos mesmos, sendo que segundo a ANA (Agência Nacional das Águas), após a implantação da tubulação dos canais, os agricultores atingidos não poderão mais irrigar por sulco.

9- Exigimos a criação de uma política de acesso ao crédito para as mulheres agricultoras atingidas, onde elas possam ter acesso aos programas já existentes.

10- Exigimos também a melhoria das estradas do Perímetro e construção de centros de lazer de usos coletivo para os atingidos.

11- Por fim, exigimos atitude da CODEVASF e dos demais órgãos públicos com relação a violação de Direitos Humanos segundo relatório da Comissão de Direitos Humanos de Minas Gerais feito em outubro de 2012, principalmente com relação aos Atingidos que tiveram suas casas derrubadas dentro do Distrito Irrigado do Gorutuba. Que seja construídas novas casas para os mesmo e que o MAB tenha participação.

CONT.



Pauta de reivindicação dos direitos da população atingida pelo Projeto Hidroagrícola de Jequitaí junto à CODEVASF

Jequitaí, Março de 2015

1. Solicitamos à CODEVASF uma pessoa para reunir com a Comissão dos atingidos e atingidas, Ministério Público e demais representações no dia 24 de março de 2015 em Jequitaí, com a finalidade de negociar para não cometer os mesmos erros da aprovação do plano de negociação;
2. Exigimos que às obras da Barragem I, só continue quando indenizar a população atingida pelo empreendimento;
3. Exigimos que a CODEVASF encaminhe à comissão de atingidos e atingidas, criada junto ao Ministério Público, Movimento dos Atingidos por Barragens, CPT e Comunidades, a lista atualizada dos atingidos assim como, informações sobre o andamento das negociações;
4. Exigimos a garantia dos prazos combinados para o recebimento das indenizações, nos quais não estão sendo efetivados (as famílias negociaram em outubro de 2014 e até hoje não receberam);
5. Exigimos a revisão das indenizações passadas para todas as categorias atingidas como: filhos maiores de 18 anos, posseiros, meeiros, proprietários, arrendatários, (principalmente aqueles que foram indenizados em 2006 e 2007) nos quais não estão sendo reconhecidos como atingidos;
6. Exigimos à CODEVASF, que junto ao órgão competente, regularize os documentos das terras de proprietários que já foram indenizados assim como dos que estão em processo de negociação;
7. Solicitamos uma nova pesquisa do valor do hectare baseado com a qualidade do solo e o valor de mercado atual;
8. Solicitamos mais informações da CODEVASF sobre as etapas dos projetos posteriores (Barragem II e Perímetro Irrigado) e sobre a situação dos atingidos, exigindo a permanência da população local na área do empreendimento;
9. Exigimos que a Fazenda Corrente seja desapropriada para assentamento das famílias sem terra, priorizando o Acampamento Novo Paraíso e reassentamento das famílias atingidas pelo Projeto Jequitaí.



Atingidos acampam na Assembleia de Legislativa de MG

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.03.2015

Hoje foi realizada Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos da ALMG para debater a situação dos atingidos no estado



MAB

Cerca de 300 pessoas entre atingidos por barragens, indígenas, agricultores familiares, atingidos e ameaçados por minerodutos acampam deste o início da manhã na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). O acampamento faz parte da Jornada de Nacional de Luta do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

A primeira atividade realizada foi uma Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos da ALMG para debater a situação dos atingidos por barragens e grandes projetos de mineração no estado de Minas Gerais. Foram apresentadas diversas denúncias de violação de direitos, pendências histórias de empresas privadas e órgãos estatais em diversas regiões e apresentadas propostas para que os problemas sejam resolvidos.

Pablo Andrade, membro da coordenação nacional do MAB, apresentou dados mostrando que as 145 barragens do estado já deixaram mais de 80 mil famílias atingidas sem acesso aos

CONT.



direitos. Também questionou o atual modelo de desenvolvimento que destina a energia gerada pelas barragens para a mineração, que são as mesmas que avançam em diversos projetos que destroem o meio ambiente e violam os direitos. Citou como exemplo diversos projetos de minerodutos em plena crise de falta de água no estado.

Encerrou afirmando que é preciso concentrar esforços “para que se crie uma Política Estadual para atingidos por barragens, mineração e grandes projetos que tenha legislação, fundamento o direito das famílias, órgão público responsável e um fundo que garanta a efetivação dos direitos”.

No Vale do Jequitinhonha, água contaminada e descaso com a população

Aline Ruas, também coordenadora do MAB, apresentou, junto com os moradores da região, diversas denúncias de violação de direitos das famílias atingidas por Irapé e outras barragens e a grave situação dos pescadores devido a contaminação das águas do Rio Jequitinhonha. Vários relatórios indicam que a água do rio é imprópria para o consumo humano. Fotos com peixes apresentando tumores desconhecidos foram mostradas para os deputados presentes.

“A barragem de Irapé foi anunciada como redenção para o Vale, mas o progresso prometido não veio. Hoje, a região é a que tem menos água potável disponível, tem o pior serviço de energia e o mais alto grau de analfabetismo. E agora querem levar nossa água pelos minerodutos. Esperamos que a nova direção da CEMIG dialogue com os atingidos e resolva estes problemas históricos”, concluiu.

Nas ruas, luta pelos direitos e em defesa da Petrobrás

O acampamento do MAB segue até sexta-feira, 13 de março. Na tarde de hoje uma comissão de atingidos será recebida na Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) para debater a pauta pendente em diversas regiões, debater o preço da luz e a Política Estadual dos direitos dos atingidos.

Nesta quinta-feira, secretários de estado receberão o movimento para discutir a reivindicação dos atingidos e dia 13 haverá um grande ato em defesa da Petrobras com a participação de diversos movimentos sociais e sindicatos.

Atingidos por Belo Monte acampam em frente à sede da Norte Energia

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.03.2015



MAB

Cerca de 300 atingidos pela barragem de Belo Monte ergueram acampamento em frente à sede da Norte Energia, dona da hidrelétrica, na cidade de Altamira (PA). Os manifestantes, organizados no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), só vão deixar o local quando a empresa atender a pauta de reivindicações.

Participam da atividade atingidos dos municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Brasil Novo e Senador José Porfírio, tanto das cidades quanto da área rural. "A Norte Energia já pediu a licença de operação para o Ibama e já declarou que pretende começar a encher o lago em setembro, para colocar a primeira turbina para funcionar ainda em dezembro deste ano. Com essa pressa toda, nossos direitos certamente ficarão para trás", afirma Carla Rodrigues, militante do MAB e atingida da zona urbana de Altamira.

CONT.



Da cidade de Altamira, quase 10 mil famílias estão sendo desalojadas devido à barragem, no entanto, a empresa só vem reconhecer o direito ao reassentamento de pouco mais de 4 mil famílias. Algumas só tem o direito à indenização (insuficiente para comprar outra casa) e outras nem isso.

Nas cidades de Brasil Novo e Vitória do Xingu, as famílias foram obrigadas a fazer ocupações urbanas para conseguir o direito à moradia pois os aluguéis na região estão muito altos devido à construção da barragem. Agora, elas lutam para regularizar seus terrenos e também para que a Norte Energia reconheça que há impactos também nessas cidades.

Também participam da atividade moradores da Ilha da Fazenda e da Vila da Ressaca, na Volta Grande do Xingu, trecho de mais de 100 km do rio que vai praticamente secar pois a água será desviada por canais para alimentar as turbinas da barragem. A Norte Energia não tem proposta que garanta de fato a sobrevivência dessas comunidades.

Os moradores da área rural do Assurini serão atingidos pelo lago da hidrelétrica e os que não perderão suas terras temem ficar isolados e sem acesso a políticas públicas para permanecerem no campo. Famílias de outras áreas rurais na proximidade, em especial nos travessões da Transamazônica, também lutam para garantir a permanência no campo com qualidade de vida, que vem sendo prejudicada pela barragem.

Participam da mobilização também categorias de trabalhadores como oleiros e carroceiros, que tiveram suas atividades econômicas prejudicadas com a construção de Belo Monte, além de atingidos que já estão morando no "reassentamento" urbano da Norte Energia, e estão sofrendo com sua qualidade. Eles denunciam a má qualidade das casas, feitas de concreto injetado, a falta de equipamentos públicos nas áreas e também problemas de infraestrutura (por exemplo, já estão há cinco dias sem o fornecimento de água).

A atividade faz parte da Jornada de Lutas do MAB, que ocorre esta semana em todo o Brasil por ocasião do 14 de Março, dia Internacional de Luta Contra as Barragens e pelo Direito dos Atingidos.

Imagem: Atingidos protestam e montam acampamento em frente ao escritório da Norte Energia (FOTO: Joka Madruga)

Associação indígena de Rio Preto da Eva quer aumentar produção de banana
SÍTIO D24AM, 11.03.2015

Entidade reúne 53 famílias que pretendem ampliar a produção de banana.



Banana produzida pela associação faz parte da merenda escolar das crianças de Rio Preto da Eva.
Foto: Raimundo Valentim/Acervo-DA

Manaus - A Associação Indígena União das Águias de Rio Preto da Eva (Aiuarpe) é a mais nova organização indígena criada no interior do Estado. A entidade reúne 53 famílias que pretendem ampliar a produção de banana, já fornecida à merenda escolar em Rio Preto da Eva (a 80 quilômetros de Manaus).

A Aiuarpe abrange 17 famílias do povo Marubo, que moram há quase 14 anos no município, e dos povos Kokama, Kulina, Sateré-Mawé, Mura e Mayoruna. Boa parte desses indígenas formava a Associação Beija-Flor.

A nova entidade tem como presidente a marubo Ingleissiane Leandro da Costa e, como vice-presidente, Raimundo Nonato Sateré.



Ribeirinho Cidadão VIII supera expectativas; Quase 5,5 mil pessoas são atendidas em 15 dias

SÍTIO OLHAR JURÍDICO, 11.03.2015

Da Assessoria/Defensoria-MT

O número de atendimentos da oitava edição do projeto Ribeirinho Cidadão, realizado pela Defensoria Pública, Tribunal de Justiça e demais parceiros, entre os dias 19 de fevereiro e seis de março, superou todas as expectativas. Em 15 dias foram realizados 5.421 mil atendimentos e procedimentos, um aumento de 26,2% em relação a última edição do projeto, que tem por intuito prestar assistência jurídica e social integral e gratuita à população.

atendimento1Somente a área médica foi responsável por 3.608 atendimentos. As consultas oftalmológicas atingiram a marca de 827, com 648 óculos receitados e entregues em mãos aos assistidos, além de 25 encaminhamentos para cirurgias de catarata e pterígio. Os clínicos gerais fizeram 1.537 consultas e procedimentos e os dentistas, 426.

Na parte da cidadania, foram emitidos 495 CPFs, serviço realizado pela Receita Federal, 236 Carteiras de Identidade, emitidas por dois membros da Politec, e 113 Carteiras de Trabalho, feitas por uma funcionária do Sine. Na assistência jurídica, que engloba serviços Notariais e Registros, foram recebidas 353 pessoas, tendo sido emitidas 211 Declarações de Hipossuficiência por parte da Defensoria Pública, além de outros serviços como 26 casamentos, propositura de Ação Civil Pública e visita carcerária, por exemplo.

juridicoNeste ano também houve a participação do Juizado Volante Ambiental (Juvam), que realizou atividade de educação ambiental e recreação com 310 crianças. Além disso, a equipe técnica do CRAS de Barão de Melgaço concretizou 145 atendimentos, incluindo benefícios de prestação continuada, auxílio doença, laudo de perícia psicossocial, programa Bolsa Família. Durante o projeto também foram doadas 40.906 unidades de roupas, calçados, cobertores, meias, mantas, dvd's entre outros.

De acordo com o Defensor Público-Geral, Djalma Sabo Mendes Júnior, os números revelam, por si só, o sucesso da Expedição Cidadania. "Porém, o júbilo desta edição se deu por força do comprometimento das instituições parceiras, que abraçaram essa causa social que já é referência, inclusive, para outros Estados. Para a próxima edição já iremos iniciar o planejamento ainda em 2015, a fim de chegarmos em fevereiro/março do ano que vem com uma equipe ainda maior e mais estruturada. Esta é nossa intenção, levar cidadania com serviços de qualidade para aqueles que mais necessitam", pontuou, parabenizando todos os parceiros envolvidos.

atendimentoPara o Coordenador do Ribeirinho, Defensor Público Air Praeiro, os números

CONT.



demonstram ainda que o projeto é autossuficiente. "O relatório final comprova o sucesso desse trabalho e que ele é viável. Extravasou todas as expectativas, foram atendidas 850 residências, recolhidas sete toneladas de lixo dos rios. Levamos cidadania e garantimos os Direitos Humanos de quem atendemos".

O Defensor ressaltou ainda que o sucesso desta edição se deve a união de esforços. "Conclamamos todos os parceiros a somarem conosco, compreenderem a extensão do significado de doar e o êxito desse ano mostra que todos se uniram com esse propósito. Se houverem méritos, são de cada um de nós. Todos foram responsáveis por tornar realidade aquilo que o poeta chamava de sonho".

Já o Coordenador do projeto por parte do Tribunal de Justiça, Juiz de direito José Antônio Bezerra Filho, ponderou sobre o valor das ações desempenhadas em cada localidade que o Ribeirinho passou. "Cada caso específico já valoriza todo o projeto, como os que vivenciei do senhor com leishmaniose avançada ou da criança com cinco meses que estava ficando cega. As ações do Ribeirinho dignificam o cidadão, que sonha que nós voltemos todo ano e o que mais impressiona é a ausência do Estado, do Município e de Políticas Públicas que poderiam estar ao alcance desta população. O sentimento é de dever cumprido e já estou sonhando com o nono projeto, com a perspectiva de melhorar cada vez mais".

Foram parceiros da Defensoria Pública na realização do Ribeirinho Cidadão VIII, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso; Tribunal Regional do Trabalho; Secretaria Estadual de Segurança Pública; de Saúde e de Meio Ambiente; Juizado do Meio Ambiente; INSS; Receita Federal; Sesc; Incra; Polícia Militar; Prefeituras de Barão de Melgaço e de Juscimeira; e médicos voluntários.



Universidade Federal de MS participa de ação no rio Paraguai

SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 11.03.2015

A Expedição teve início na segunda-feira e percorrerá, até o dia 27 de março, cerca de 600 Km no rio Paraguai

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), por meio da Faculdade de Direito, participa da Expedição da Cidadania, realizada pela Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE), em parceria com a Marinha do Brasil, Justiça Federal, Estadual, Eleitoral e diversos órgãos do Poder Executivo. A iniciativa objetiva levar à população que vive em situação de isolamento e pobreza às margens e na área próxima ao Rio Paraguai, entre Corumbá (MS) e Cáceres (MT), serviços como emissão de documentos, benefícios previdenciários, ações preventivas para a saúde e assistência jurídica, entre outros.

A Expedição teve início na segunda-feira e percorrerá, até o dia 27 de março, cerca de 600 Km no rio Paraguai. Na segunda etapa de visitas, de 11 a 29 de maio, serão entregues os documentos e realizadas atividades jurídicas. Aproximadamente 60 voluntários participarão da ação, entre servidores, magistrados e palestrantes.

Representando a Universidade está o professor Aurélio Briltes e os acadêmicos do curso de Direito do Câmpus do Pantanal (CPAN): Nicolle Rodrigues, Dayanne Araújo e Diego Deicle Cáceres. Para o professor "além de contribuir significativamente com a formação humanística dos acadêmicos, com a possibilidade de agregar conhecimento interdisciplinar, a participação da Universidade na ação promove por meio da prática jurídica a efetivação dos direitos fundamentais à população ribeirinha do Pantanal".

Além da UFMS, participam da parceria com a AJUFE os governos dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, as Defensorias Públicas, os Tribunais de Justiça (TJs) e Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) de ambos os estados, os Tribunais Regionais Federais (TRFs) da 1ª e da 3ª Região, os cartórios de registro de Corumbá/MS e de Cáceres/MT, a Defensoria Pública da União, o Ministério da Previdência Social, o Ministério da Pesca, o Ministério das Comunicações, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Receita Federal do Brasil, o Serviço Social da Indústria (Sesi) e a prefeitura de Corumbá/MS.



Boletim de Notícias - Edição nº 45/2015

Brasília, 12 de março de 2015.

Inkra é denunciado por demora na titulação de terras quilombolas

SÍTIO GLOBO.COM, 11.03.2015

*Ministério ajuizou 6 ações civis contra o órgão e a Fundação Palmares.
Instituto diz que trabalho de regularização será retomado em abril.*



Área da Lagoa dos Índios que aguarda regularização do Incra (Foto: Reprodução/TV Amapá)

Cassio Albuquerque
Do G1 AP

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Amapá foi denunciado à Justiça pelo Ministério Público Federal (MPF) por causa da demora no reconhecimento de terras remanescentes de quilombo no estado. O órgão ingressou com seis ações civis públicas, para que o instituto conclua o processo de regularização das localidades Cunani, Rosa, Ilha Redonda, São Pedro dos Bois, Lagoa dos Índios e São José do Mata Fome. Cinco dessas ações atingem também a Fundação Palmares, instituição responsável pela identificação, demarcação e titulação dessas áreas.

Segundo o MPF, as comunidades aguardam há 10 anos pela regularização. A titular do Incra, Assunção Giusti, disse que a falta de sociólogos na equipe de técnicos no Amapá dificultou o trabalho. Ela informou que foi solicitado reforço ao instituto, em Brasília, para que as atividades sejam retomadas a partir de abril.

"É um processo lento e que ainda vai exigir muita tramitação. Esse reforço é justamente para que técnicos de Brasília nos auxiliem neste processo", falou.

CONT.



Por causa da demora, representantes de algumas comunidades dizem que já não querem que ocorra a titulação das terras como remanescentes porque a partir do reconhecimento do Incra e da Fundação Palmares, eles serão impedidos de fazer a venda dos lotes.

É o caso do morador da localidade Lagoa dos Índios, Romildo Ferreira. Ele afirma que grande parte da comunidade, na Zona Oeste de Macapá, já não aceita mais a titulação.

"Isso precisa ser melhor discutido entre nós para que vejamos de que forma vai ser feito este procedimento", pediu o morador.

Na comunidade Ilha Redonda, a situação é semelhante, segundo o procurador federal Thiago de Almeida. Ele diz, no entanto, que embora exista a resistência de uma parcela da população, o trabalho deve ser finalizado

"Essas divisões internas das comunidade são naturais. É uma ilusão achar que elas pensam de forma uniforme. Acontece que isso não pode ser um obstáculo para que o processo administrativo de demarcação avance. Nós pedimos o prazo de seis meses a um ano para que o Incra conclua a ação, mas esse prazo deverá ser estabelecido pelo judiciário", falou.

Itacaré: território quilombola tem relatório técnico publicado

SÍTIO POLÍTICOSDOSULDABAHIA, 11.03.2015



O Território Quilombola do Fôjo situado no município de Itacaré, no Litoral Sul, teve o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) publicado nesta quarta-feira (11), no Diário Oficial da União (DOU). No Fôjo vivem 65 famílias remanescentes de quilombo, numa área de 1,3 mil hectares.

O RTID do Fôjo é o primeiro de 2015, na Bahia, e o vigésimo terceiro já publicado pelo Incra/BA, desde o início do Programa Brasil Quilombola. A publicação representa o fim de uma etapa complexa que visa à titulação coletiva do território. O RTID reúne estudos antropológicos, históricos, mapas descritivos que reconhecem a ocupação ancestral dessas famílias no território.

Os 25 proprietários dos imóveis rurais e posseiros, inseridos no Território Quilombola serão notificados. Após a notificação, há um prazo de 90 dias para que o relatório técnico possa ser contestado.



MPF/AP cobra fornecimento ininterrupto de energia elétrica no Bailique

SÍTIO CHICOTERRA, 11.03.2015

Recomendação foi encaminhada ao Governo do Estado, à Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), às Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte), à Agência Nacional de Energia Elétrica e à Advocacia da União

O procurador da República Felipe Moura Palha entregou, nesta terça-feira, 10 de março, recomendação ao presidente da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), Ângelo do Carmo. No documento o MPF/AP cobra o fornecimento ininterrupto de energia elétrica no Distrito do Bailique.

A atuação é resultado do projeto MPF na Comunidade, realizado de 21 a 28 de fevereiro, no arquipélago. Na ocasião, procurador da República e servidores conversaram com moradores sobre diversos assuntos. Entre eles, a instabilidade de energia e prejuízos aos moradores resultantes das falhas na geração.

Na consulta pública, promovida pelo MPF/AP nas Vilas Progresso e de Itamatatuba, os moradores relataram as causas das constantes interrupções no fornecimento. A falta de óleo para alimentar geradores seria uma delas. Um morador informou que o combustível não é fornecido desde 30 de dezembro de 2014. Nos últimos dois meses, eles têm feito coletas para comprar o óleo a fim de garantir energia.

De acordo com a recomendação, a CEA deve providenciar imediatamente a substituição do motor de energia elétrica da Comunidade de Itamatatuba, garantindo o fornecimento ininterrupto. Outra medida imediata deve ser o fornecimento de óleo diesel para os grupos geradores em todas as comunidades atendidas pelo serviço. Nas Vilas Progresso e Macedônia, que recebem energia da hidrelétrica de Coaracy Nunes, a CEA deve garantir a estabilidade no serviço.

Energia – No Distrito do Bailique, apenas as Vila Progresso e Macedônia recebem energia da hidrelétrica Coaracy Nunes. Segundo moradores, a interligação foi realizada há poucos meses. As demais comunidades são abastecidas por grupo geradores alimentados por óleo diesel. No entanto, segundo relatos da comunidade, é constante a interrupção no fornecimento de energia ou por quebra no gerador ou por falta de combustível.

Para entender a situação, no documento encaminhado às autoridades responsáveis pelo fornecimento de energia elétrica, o MPF/AP questiona o motivo pelo qual as comunidades do arquipélago não estão cadastradas para receber recursos do fundo da Conta de Consumo de Combustível, do Ministério de Minas e Energia. Se estivessem cadastradas, elas receberiam recursos federais para aquisição de combustível a fim de alimentar os grupos geradores.

Segundo relatos da comunidade, pelo Projeto Luz para Todos, do Governo Federal, desde



Boletim de Notícias - Edição nº 45/2015

Brasília, 12 de março de 2015.

2012, as comunidades do distrito já deveriam receber energia gerada pela hidrelétrica Coaracy Nunes. No entanto, somente duas comunidades do Bailique estão interligadas ao linhão abastecido pela hidrelétrica.

A falta de energia causa sérios problemas nas comunidades. Em algumas, o fornecimento de água é interrompido porque o sistema de captação depende diretamente da energia elétrica. Nos postos de saúde a refrigeração fica prejudicada e não há como armazenar vacinas e soros antiofídicos. Escolas não podem ter aulas de informática porque não há como ligar computadores. Moradores também relataram que as constantes quedas de energia são a causa de frequente queima de equipamentos.

Iluminação pública – O MPF/AP também recomendou que seja realizada manutenção regular nos postes das Vilas do Arquipélago do Bailique. Em visita ao local, verificou-se que por causa da erosão, há postes a ponto de desabar. As providências devem ser adotadas imediatamente.

Assessoria de Comunicação Social
Ministério Público Federal no Amapá



Indígenas atribuem a ato de racismo assassinato de professor Huni Kui

SÍTIO CEDEFES, 11.03.2015

Indígenas atribuem a ato de racismo assassinato de professor Huni Kui em Santa Rosa do Purus (AC)

Apesar da polícia trabalhar com a hipótese de latrocínio, roubo seguido de morte, lideranças Huni Kui afirmam que o brutal assassinato do professor Carlos Alberto Domingos Kaxinawá (na foto), de 34 anos, no último domingo, 8, em Santa Rosa do Purus (AC), teve como fatores de motivação o racismo e preconceito. Quatro indivíduos, oriundos de Sena Madureira, foram presos em flagrante.

“Por conhecer o comportamento dele, e pela forma que o mataram, eu não tenho dúvidas de que foi puro racismo e preconceito. Tem sido uma prática em Santa Rosa esse tipo de morte. São pessoas de fora, não indígenas, no geral de Sena Madureira que chegam com violência”, explica Ninawá Huni Kui. O indígena assassinado era filho do cacique Edivaldo Domingos Kaxinawá e estudava pedagogia.

Santa Rosa do Purus fica na microrregião de Sena Madureira, município onde indígenas, sobretudo os Jaminawa expulsos de suas terras tradicionais, vivem em situação de miséria, mendigando e sendo hostilizados pelas ruas. Os indígenas moram em um bairro exclusivamente indígena às margens do rio Iaco, afluente do Purus. Em época de cheia, só é possível chegar aos quintais das casas de barco. Em 2012, este repórter viu de perto a situação de intolerância contra os indígenas.

Numa rápida caminhada pela cidade, crianças eram enxotadas a pontapés enquanto tentavam resgatar bananas verdes caídas de cachos transportados por atravessadores. As mais lípidas se perdiam entre os becos do bairro Jaminawa com o único alimento do dia seguro entre as mãos, contra o peito. Comerciantes se negavam a ter na porta de seus estabelecimentos indígenas atrás de comida ou moedas.

“Cada vez mais pessoas com essa mentalidade racista chegam em Santa Rosa. Tratam os indígenas como se não fossem nada. Não era assim antigamente e só vem aumentando esse tipo de violência. Já é a quarta que acontece assim, com parente sendo morto como se fosse animal”, completa Ninawá. De acordo com matéria da Rádio Yandê, cuja programação é realizada por indígenas, Ventura Samora Kaxinawá, Sebastião Kaxinawá e Carlos Torres Peres Kaxinawá foram atingidos, em 24 de março de 2013, por tiros na virilha, abdômen e tórax após participarem como torcedores de uma partida de futebol de salão no ginásio de esportes da cidade. Os tiros foram de espingarda calibre 24 e o atirador foi preso em flagrante.

Conforme Ninawá, tais crimes trazem em si a ideia de que como seres inferiores os indígenas

CONT.



podem ser mortos. O racismo, portanto, motiva a ação criminosa e o grau da crueldade. Caso do professor Carlos Alberto, morto a tijoladas. "Se fosse apenas roubo, era só levar a carteira", afirma Manoel Kaxinawá, tio do professor e liderança do Polo Base de Saúde de Santa Rosa do Purus. O indígena explica que na cidade e nas aldeias paira a insegurança. "Estamos todos muito tristes e revoltados. Queremos que se faça justiça", diz. Como as aldeias ficam afastadas, os indígenas temem que a violência se alastre para fora da cidade.

O jornalista acreano Altino Machado comparou o assassinato do professor ao caso de Galdino Pataxó Hã-hã-hãe, queimado vivo numa parada de ônibus em Brasília. "Engana-se quem imagina que, pelo fato de vivermos na Amazônia, os indígenas contem com o respeito que merecem e não haja jovens como aqueles que, em Brasília, atearam fogo e mataram Galdino", escreveu o influente colunista numa de suas redes públicas.

Povos do Alto Purus

Kaxinawá é a forma que os brancos passaram a chamar os Huni Kui, que habitam o Alto Rio Purus ao lado dos Madjae de povos em situação voluntária de isolamento – os livres. O rio nasce nos Andes e no Brasil inicia o trajeto em Santa Rosa do Purus, fronteira com o Peru, em sua parte alta. A cidade detém acentuada presença indígena entre seus 5.600 habitantes (IBGE, 2010), tendo a imagem de um indígena no brasão, e é referência para as atividades de saúde, educação e transporte, ao lado de Manoel Urbano, município também às margens do Purus, mas na fronteira com o estado do Amazonas.

Leia abaixo a carta de Ninawá Huni Kui ao professor assassinado:

Nunca saberemos o que vai acontecer com as nossas vidas

Deus nos criou e nos deu vida para cumprirmos uma missão aqui no Planeta Terra. A trajetória pode ser árdua para uns, e fácil para outros, mais nunca deixa de ser uma luta. Assim foi a trajetória do meu PRIMO IRMÃO (HUNI KUI SIÃ YNU BAKÊ) Carlos Alberto Domingos Kaxinawá, de 34 anos, pai de cinco filhos, com suas duas esposas. Professor exemplar, homem alegre e amigo, respeitador, responsável e cumpridor de suas obrigações, princípios herdados de seu pai o (Yukên ynu Bakê), o Cacique EDIVALDO DOMINGOS KAXINAWÁ. O Siã estava em Santa Rosa, realizando mais um de seus sonhos, fazendo uma faculdade na área pedagógica, durante suas férias, Siã nunca se envolveu na marginalidade, não é traficante, não é esturador, Siã, homem que sempre terá o meu respeito e admiração, ao qual quero deixar aqui minhas poucas palavras de agradecimentos.

Gratidão Siã, meu primo, meu irmão e meu amigo, por ter sido uma pessoa muito exemplar em nossa família, tenho muito orgulho de você, esse orgulho ficará para sempre em meu coração e em minha mente, vou sentir muita saudade das nossas brincadeiras, das nossas conversas, quero poder contar para teus filhos os teus sonhos, os quais tive a honra de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 45/2015

Brasília, 12 de março de 2015.

compartilhar com você. Desejo-te um bom descanso primo irmão, vá em paz!!!, que vou continuar aqui lutando por dias melhores para nossa família e para nosso povo, te prometo que farei o que for possível para que a justiça do homem seja feita, porque a de Deus é certa.

Com muita saudade de você...

Ninawá Ynu Bakê Huni Kui

Fonte: Por Renato Santana, Assessoria de Comunicação - Cimi



Boletim de Notícias - Edição nº 45/2015

Brasília, 12 de março de 2015.

Telmário Mota defende prioridade para o Estatuto dos Povos Indígenas

SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 11.03.2015

O senador Telmário Mota (PDT-RR), que nasceu em uma comunidade indígena, considera prioritária a aprovação, pelo Congresso Nacional, do Estatuto dos Povos Indígenas. Em entrevista à jornalista Marcela Diniz, durante o programa O Senado é Mais Brasil, da Rádio Senado, o senador fala sobre as principais reivindicações dos índios e cobra, do governo federal, um maior empenho para solucionar de vez a demarcação das áreas indígenas, dando também à Funai mais recursos e maior gestão sobre a questão da saúde e da educação.

[Ouça a entrevista.](#)



Ação da Codevasf irá ampliar pesquisa, produção e piscicultura familiar

SÍTIO FAXAJU, 11.03.2015

As obras de ampliação e modernização do Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Betume (4ª/CIB), no município de Neópolis, fruto de um investimento da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) superior a R\$ 4 milhões, seguem em ritmo avançado. Todos os prédios do centro já foram reformados, e estão em andamento a recuperação dos viveiros e a pavimentação da estrada interna. Realizada com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a ação vai resultar em maior capacidade de produção de alevinos na unidade, entre outros benefícios.

Até o momento, já foi concluída a reforma da sede, laboratórios, auditório, galpão de manejo de alevinos, alojamentos, entre outras estruturas que compõem a unidade. As obras passam por ajustes finais antes da entrega definitiva. Seguirão em andamento as obras de recuperação de viveiros, pavimentação de vias de circulação interna e reabilitação do sistema de captação de água. A previsão é que as obras referentes à infraestrutura do Centro Integrado de Betume sejam finalizadas ao longo de 2015.

Ao final da reforma, o centro dobrará sua capacidade total de produção de 4 milhões para 8 milhões de alevinos ao ano. Além disso, será possível ampliar a diversidade de espécies nativas da bacia do São Francisco produzidas artificialmente. Em 2012 e 2013, antes de suspender a produção para o início das obras, a unidade produziu mais de 4,3 milhões de alevinos de espécies nativas e exóticas. No mesmo período, realizou 13 peixamentos e publicou seis produções científicas resultantes de pesquisas realizadas no centro.

A engenheira de pesca Ana Helena Gomes da Silva, chefe do 4ª/CIB, afirmou que a modernização da unidade vai oferecer uma série de ganhos nas áreas de produção e pesquisa. Iremos trabalhar com o que existe de mais avançado. Vamos contar com mais laboratórios, inclusive com o de limnologia, que vai possibilitar o monitoramento da qualidade da água no rio São Francisco e seus afluentes. E com o aumento da produção de alevinos poderemos organizar um cronograma de peixamentos mais extenso, destacou Ana Helena.

A ampliação favorece a piscicultura familiar, uma vez que parte da produção de alevinos no Centro Integrado de Betume é destinada a pequenos produtores da região do Baixo São Francisco sergipano. A obra também deve ampliar a capacidade de produção científica, bem como a estrutura para capacitação de estudantes, técnicos e produtores. Entre 2012 e 2013, a unidade capacitou 10 técnicos angolanos enviados ao Brasil para aprender técnicas de aquicultura, com o objetivo de desenvolver a atividade na República de Angola.

O superintendente regional da Codevasf em Aracaju, Said Schoucair, destacou a importância do papel do centro para o Baixo São Francisco. O Centro Integrado de Betume é formado por

CONT.



técnicos extremamente capacitados e desenvolve um trabalho fundamental, contribuindo para o meio ambiente e para o desenvolvimento da piscicultura. As obras estão bem adiantadas e a modernização da unidade vai ser positiva para a produção de peixes na região, declarou.

Atualmente, a Codevasf, por meio do Centro Integrado de Betume, é uma das instituições parceiras do projeto de extensão Projeto de aperfeiçoamento no cultivo aquícola de pequenos produtores do Baixo São Francisco de Sergipe, executado pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). O projeto tem a finalidade de capacitar 60 produtores familiares da região, incluindo quilombolas, para a criação de peixes com maior produtividade e o uso de um sistema de cultivo sustentável.

Ascom Codevasf



Movimentos sociais apresentam reivindicações a representantes do Governo

SÍTIO CEARÁ AGORA, 11.03.2015

Representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pescadores Artesanais e Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra se reuniram na tarde desta quarta-feira (11) por mais de quatro horas com representantes do Governo do Estado do Ceará para apresentar ampla pauta de reivindicações.

Os líderes dos movimentos sociais foram recebidos pelos secretários Élcio Batista (Chefe de Gabinete) e Dedé Teixeira (Desenvolvimento Agrário) para encaminhar as demandas apresentadas. O titular da SDA afirmou que as ações de competência da pasta já serão encaminhadas às coordenadorias responsáveis e atendidas ao longo deste ano. "O que couber ao Governo Federal vamos levar aos órgãos competentes a fim de que o atendimento possa acontecer da forma mais ágil possível. A ideia é acompanhar cada uma dessas reivindicações e o andamento dos devidos processos junto aos órgãos competentes do Governo Federal", afirmou Dedé Teixeira.

Na sexta-feira, representantes do MAB terão reunião com o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (Idace) para discutir a regularização fundiária de terras em lugares onde houve remoção de famílias para a construção de barragens.

O secretário Élcio Batista informou também que vai encaminhar para outras secretarias (Cidades, Seinfra, Educação, Cultura) as reivindicações apresentadas para os devidos encaminhamentos. "O Governo do Estado é parceiro dos movimentos sociais e reconhece que deve haver uma política pública para garantir os direitos que no passado foram negados", afirmou.

Seis pessoas sobrevivem após avião cair em comunidade indígena no AM

SÍTIO GLOBO.COM, 11.03.2015

*Aeronave partiu da Vila Ipiranga e caiu perto do aeroporto de Tabatinga.
Chovia no momento do acidente; vítimas tiveram ferimentos leves.*



Acidente ocorreu em comunidade nas proximidades de Tabatinga
(Foto: Reprodução/TV Amazonas)

Uma aeronave com seis passageiros caiu na comunidade indígena do Umariacu 2, no município de Tabatinga, a 1.108 km de Manaus, na noite desta quarta-feira (11). O aeroporto da cidade estava fechado no momento do acidente por conta de fortes chuvas. As vítimas teriam sofrido apenas ferimentos leves.

O avião modelo Cessna 210, caiu por volta das 19h na comunidade que fica localizada próximo à pista de decolagem e pouso do aeroporto de Tabatinga.

Ao G1, o comandante do Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Tabatinga, capitão Álvaro Cabral Júnior, informou que o avião apresentou um problema ainda não identificado e caiu. "A aeronave vinha da Vila Ipiranga e estava a caminho de Tabatinga, inclusive ela já estava próxima do destino", contou.

CONT.



Segundo o capitão, algumas das vítimas sofreram torções nos pés, enquanto outras sofreram escoriações. "Não tivemos nenhum óbito. O avião caiu próximo à pista do aeroporto de Tabatinga e os bombeiros já realizaram os resgates", disse à reportagem.

As vítimas do acidente foram levadas ao hospital do município para passar por avaliação médica. "Segundo informações preliminares, elas passam bem, sem maiores prejuízos à saúde", garantiu o capitão Álvaro Cabral Júnior.

No momento da queda, o aeroporto de Tabatinga estava fechado, de acordo com o capitão. O motivo seria o mau tempo, que teria resultado em fortes chuvas na região durante toda a noite desta quarta.

Segundo a assessoria de comunicação do 7º Comando Aéreo Regional, a área do acidente será isolada pela aeronáutica. Uma equipe do Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Seripa 7) será encaminhada ao município de Tabatinga para investigar as causas do acidente.

Centrais e governo vão debater MPs sobre benefícios no Congresso

SÍTIO PORTAL VERMELHO, 12.03.2015



Em reuniões anteriores as duas partes já firmaram acordos em benefício da classe trabalhadora

Após a quarta rodada de negociações entre centrais sindicais e governo, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Miguel Rossetto, disse nesta terça-feira (11) que as Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665 serão negociadas com as entidades no Congresso Nacional, após a criação das comissões que vão analisar o tema.

As MPs aumentam o rigor para a concessão de benefícios como abono salarial, seguro-desemprego, seguro-defeso para pescadores artesanais, pensão por morte e auxílio-doença.

“O acordo com as centrais sindicais é que o ambiente de negociação será tripartite. Nossa expectativa é que na próxima semana o Congresso instale as duas comissões especiais. A instalação das duas comissões cria um ambiente positivo de diálogo e de negociação entre o governo, o Congresso e as centrais sindicais”, avaliou.

O ministro disse que o diálogo com as centrais faz parte de uma ampla agenda que não se resume às MPs. Em relação à rotatividade dos trabalhadores no mercado, Rossetto disse que o governo acatou a proposta de regulamentação do Parágrafo 4º do Artigo 19 da Constituição Federal que prevê penalidades para as empresas com rotatividade acima da média. Segundo Rossetto, já existe uma equipe para tratar do projeto de lei.

CONT.



Perguntado se a medida pode ser prejudicial às empresas, o ministro disse que a ideia é desestimular a rotatividade. "Nós achamos que é muito possível uma regulamentação equilibrada, esse processo vai passar por uma negociação com o setor empresarial. Vamos premiar os setores que têm taxa de rotatividade abaixo da média. Isso é um estímulo positivo".

Outro ponto de acordo com a centrais até agora trata da inclusão do tempo que o trabalhador está recebendo seguro-desemprego no cálculo para a aposentadoria, desde que ele continue pagando a contribuição ao INSS. Segundo o governo, a medida está em fase operacional.

As centrais sindicais apresentaram 11 propostas ao governo durante as rodadas de negociação, entre elas a ratificação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que protege o trabalhador contra a demissão sem motivação. "O que pedimos ao governo é que ele se empenhe com a base de apoio no Congresso para que esta matéria caminhe, ande, comece a tramitar e não fique parada como está", disse o vice-presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, Joílson Cardoso.

As centrais também defendem o fim da exigência de novos períodos de experiência após a troca de empresa. De acordo com as entidades, muitos trabalhadores trocam de empresa, mas continuam atuando no mesmo posto. O governo se comprometeu a avaliar o assunto. As centrais sindicais pediram também mudanças nas regras de homologação de demissões, para que todas sejam feitas nos sindicatos, não apenas a dos trabalhadores que tenham mais de um ano de trabalho.

Além de Rossetto, participaram da reunião os ministros da Previdência Social, Carlos Gabas, do Planejamento, Nelson Barbosa, e do Trabalho e Emprego, Manoel Dias. Uma nova reunião está prevista para a próxima semana para tratar de temas previdenciários e informalidade.

Fonte: Agência Brasil



Sedap elabora plano estratégico para o setor pesqueiro e aquícola do Pará
SÍTIO AGÊNCIA PARÁ, 12.03.2015

Em todo o planeta, os recursos pesqueiros movimentam uma economia de US\$ 200 bilhões. “É praticamente o dobro do que movimentam os mercados de outras fontes de proteína importantes como a bovina e a suína e o mundo continua em busca de proteína”, explica o engenheiro de Pesca Mutsuo Asano Filho. Diante deste quadro, as perspectivas de uma maior inserção do Pará na economia pesqueira são as melhores possíveis. Além de ser um dos maiores produtores de pescado do País, o Pará possui, ainda, uma diversidade e uma qualidade de espécies que favorece a entrada tanto em novos quanto em mercados mais tradicionais.

Para isso, no entanto, é preciso definir estratégias de desenvolvimento do setor e é isso que o governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (Sedap), está fazendo agora, com a realização do Workshop para elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura. Técnicos de diferentes instituições ligadas aos setores pesqueiro e aquícola, além de representantes dos trabalhadores e dos segmentos empresariais, participam de reuniões com dois dos maiores especialistas da área, o engenheiro de Pesca, Mutsuo Asano Filho e o engenheiro agrônomo João Lorena Campso, convidados pela Sedap para participar das discussões do plano.

O Workshop foi aberto na quarta-feira, 11, e vai até esta sexta-feira, 13. Ao longo de três dias de trabalho, os principais atores envolvidos na cadeia produtiva da pesca e aquicultura terão a oportunidade de participar do planejamento de ações públicas, discutindo os gargalos, sugerindo e discutindo soluções de forma conjunta e, assim, gerando ações práticas e objetivas que venham a melhorar a qualidade de vida da população. No final, será elaborado um documento que irá nortear as ações governamentais destinadas ao desenvolvimento sustentável da pesca e da Aquicultura.

O secretário de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca, Hildegardo Nunes, explica que a elaboração do plano estratégico é fundamental para o avanço do setor. “O Estado do Pará é o maior produtor de pescado do Brasil e tem potencial para crescer ainda mais. Para isso, é preciso reestruturar o setor da pesca, estabelecendo novo marco legal e um ordenamento que estimule a verticalização do segmento, proteção aos pescadores artesanais, melhoria do parque industrial e expansão da atividade aquícola”, diz Hildegardo.

Simone Romero
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca



Boletim de Notícias - Edição nº 45/2015

Brasília, 12 de março de 2015.

Defesa Civil destina carregamento de água mineral para comunidades no Baixo Madeira

SÍTIO RONDÔNIA AGORA, 12.03.2015

A Defesa Civil Municipal vai entregar nesta quinta-feira, para moradores de comunidades do Baixo Madeira, centenas de fardos de água mineral que totalizam 3 mil litros.

A carga será transportada em uma embarcação e vai atender ribeirinhos que tiveram as propriedades atingidas pela cheia do rio. Segundo Paulo Afonso da Silva, do setor de operações da DCM, esta será a primeira, de muitas remessas que serão destinadas para a região.

Nesta quinta-feira, o nível do Madeira apresentava 16,98 metros, mantendo-se estabilizado conforme registros anteriores.

Fonte: RONDONIAGORA

Autor: RONDONIAGORA



Estudo mostra desmatamento em áreas de proteção ambiental

SÍTIO PORTAL EBC, 12.03.2015

Ariane Póvoa

Um estudo que identifica os principais perigos relacionados à atividade madeireira no país apontou que o desmatamento em praticamente todas as unidades da federação está acima de cem quilômetros quadrados por ano.

O desmatamento também está presente em zonas de proteção e em unidades de conservação ambiental. O documento é a primeira Avaliação Nacional de Risco do Brasil e foi publicado na última semana pelo FSC – Conselho de Manejo Florestal.

Os estados do Maranhão, Mato Grosso e Pará são os que apresentam as maiores taxas de conversão, com perdas entre três mil e sete mil quilômetros quadrados.

De acordo com a Secretária Executiva do FSC, Fabíola Zerbiní, além de dados da exploração ilegal de madeira, o estudo traz informações sobre violação de direitos humanos, exploração em áreas de preservação ambiental e outras situações relacionadas à atividade madeireira. Ela cita alguns destaques da Avaliação.

"Presença de conflitos sociais, envolvendo comunidades indígenas tradicionais, mas também trabalhadores, ela ficou evidenciada ainda em muitos dos estados; por exemplo o trabalho escravo ficou identificado ainda como risco potencial em dez estados brasileiros. Fora isso a ilegalidade, ela, no setor de floresta nativa, em especial a Amazônia, infelizmente fica muito evidente ao risco da ilegalidade... Outro aspecto que chamou atenção é que o estudo também acaba evidenciando a falta de um bom dado em relação a um determinado tema."

Fabíola ressalta que a região que compreende a Amazônia Legal merece atenção especial para que os riscos possam ser superados.

"A Amazônia Legal, e os estados ali da Amazônia Legal, não é gratuito que eles apareçam como estados com maior potencial de risco para alguns dos critérios. Eles aparecem assim porque são o que nos resta de floresta. Madeira é um recurso que pode ser extraído de forma responsável, de forma sustentável. Usar a boa madeira, aquela com certificado, aquela com garantia de origem, é uma forma da gente preservar as nossas florestas."

De acordo com Fabíola Zerbiní, o estudo divide florestas plantadas e nativas e pode servir para orientar a criação de políticas públicas e a tomada de decisões relacionadas à madeira.

O documento foi apresentado ao Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Gaetani, e a representantes das instituições vinculadas ao ministério.

CONT.



O diretor-geral substituto do Serviço Florestal Brasileiro, Marcus Vinícius da Silva, disse que equipes técnicas estão avaliando o material. Segundo ele, o documento traz dados relevantes.

"Obviamente esse estudo, ele, oferece subsídios que são bastante importantes e relevantes para uma eventual avaliação e consequentemente possíveis aperfeiçoamentos nas práticas de gestão pública das florestas... E é sempre uma oportunidade de se rever e de se conhecer percepções que vêm de segmentos diferentes da sociedade, com preocupações na área da certificação florestal."

O FSC é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que promove o manejo florestal responsável ao redor do mundo desde 1994. A Avaliação de Risco Nacional também é realizada em outros países.

Aguilera destaca prêmio recebido por liderança indígena

SÍTIO AGORA MS, 12.03.2015



Aguilera com agente de saúde na aldeia Bororó, Priscila Lopes, que recebeu o Prêmio Marta Guarani da Câmara na noite de segunda-feira – Foto: Thiago Moraes

Na segunda-feira (09), no plenário da Câmara Municipal de Dourados, durante sessão solene em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, a líder indígena Guarani-Kaiowa Priscila Maciel Duarte Lopes recebeu o Prêmio Mulher Cidadã – Marta Guarani, que foi eleita por uma comissão de avaliação composta por representantes de diversas entidades.

O Prêmio é conferido anualmente, durante sessão solene da Câmara de Dourados, especialmente convocada para esse fim, a realizar-se no Dia Internacional da Mulher.

Para o vereador e presidente da Comissão Indígena e Afrodescendente, Aguilera de Souza (PSDC), esse é um marco histórico para todos os indígenas que receberão esse prêmio. “No que se refere à comunidade indígena de Dourados, esse é um prêmio histórico porque mostra a luta que fizeram e fazem em prol da comunidade indígena”, afirma o vereador.

Priscila Maciel Duarte Lopes é agente comunitário de saúde, defende e acompanha a saúde indígena na comunidade Bororó, e se destaca também no compromisso em preservar a cultura indígena, por meio de rezas tradicionais, danças e da língua Guarani. Tem uma luta constante pelos direitos humanos e, principalmente, no combate à violência contra mulheres indígenas.

O Prêmio “Marta Guarani” foi instituído pela Câmara de Dourados por meio do Decreto Legislativo 397, de 1º de outubro de 2003, destinado a agraciar mulheres do município de Dourados que tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher, questões do gênero e atuação de destaque no município. (Assessoria Parlamentar)

Índios, empreiteiras, Petrobrás e parlamentares
SÍTIO CIMI, 12.03.2015



Fonte da notícia: Egon Heck

O que existe em comum abaixo da linha do Equador? Não é preciso ser nenhum sociólogo ou adivinho, para perceber que os três interesses tem em comum a corrupção e serem contra os índios. Ou melhor, a cobiça pelas terras indígenas, articula hoje uma espécie de “frente ampla contra os povos indígenas, suas terras e recursos naturais”!

Poderíamos somar a esses setores já citados, como partícipes e aliados dessa frente, o agronegócio, o latifúndio, as mineradoras, setores militares dentre outros.

E se quiséssemos dar um mergulho histórico nos mais de cinco séculos de invasão e saque das terras e recursos naturais dos povos indígenas, chegaríamos ao Pau Brasil, ao ouro, aos diamantes, à cana de açúcar, ao café, ao gado, à soja, ao eucalipto e tantos outros fetiches e encantamentos do desenvolvimento e progresso nacional.

CONT.



A que custo isso se deu? Não restam dúvidas que as maiores vítimas foram os povos indígenas. Talvez, mais de seis milhões de indígenas sacrificados, centenas de povos extintos e vários ameaçados de extinção ainda hoje.

E se quiséssemos ir fundo e ver as origens de um “Brasil sem índios”, o primeiro grande personagem desse sonho foi Pombal com seus decretos de “emancipação”, ou extinção dos índios em meados do século 18. As célebres leis pombalinas, transformando as aldeias e aldeamentos em vilas, proibindo os índios de falarem seu idioma próprio, sugerindo a miscigenação, que os soldados tivessem filhos com as índias, são leis que ao longo da história dos povos indígenas, especialmente na Amazônia foram sustentando as práticas etnocidas, que as elites da nossa sociedade ainda hoje apregoam.

Senão vejamos: o que não era o célebre projeto de emancipação propugnado pelo então ministro do Interior, general Rangel Reis, a partir de 1976, até o projeto ser enterrado em 1978? A intenção foi e é sempre a mesma: liberar os territórios indígenas para a ganância dos grupos econômicos que se enriqueceram e continuam hoje lutando pelo mesmo objetivo. Não é a PEC 215 uma forma de impedir o reconhecimento e respeito ao direito constitucional dos povos indígenas a seus territórios? Não é o Projeto de Lei (PL) 1.610/1996, que ontem teve recriada sua comissão especial para tramitação, um sinal verde para a devastação e saque dos minérios dos territórios Indígenas? E nesta direção vão também iniciativas do Poder Executivo e algumas decisões do Poder Judiciário.

Não estamos passando por novas investidas pombalinas, rangelinas, fernandinas ou dilminas?

Não venham os senhores do poder atribuir aos índios o aumento da inflação, a corrupção denunciada na “Operação Lava Jato”, a destruição das florestas, os buracos e poluição da mineração, enfim tantas desgraças que grassam em nosso país.

Não vai nessa direção a decisão de expulsão, prevista para ocorrer no dia 16, dos Kaiowá Guarani de Kurusu Ambá, no Mato Grosso do Sul, de um pedacinho do território tradicional ao qual voltaram há alguns anos? Será que irá se consumir mais um ato genocida contra esse povo?

Mineração não

Sinais de esperança. Resistência dos povos. Clamor continental. Neste início de março, uma boa notícia, veiculada pelo Jornal do Amapá, do dia 5 de março: “Uma decisão da Justiça Federal, com base em uma ação do Ministério Público Federal (MPF) pediu a anulação dos processos que solicitam exploração, pesquisa e concessão de atividade mineral em áreas indígenas no Amapá. O objetivo é evitar a devastação das terras, uma vez que não existem leis aprovadas pelo Congresso Nacional que regulem essas atividades. Os cerca de 500 processos que aguardam autorização desde 1988 deverão ser indeferidos pelo Departamento

CONT.



Nacional de Produção Mineral (DNPM), responsável por ceder às concessões. De acordo com o MPF, o DNPM não observou a inexistência de regras específicas para a mineração em áreas indígenas”.

São milhares de pedidos de pesquisa e lavra mineral em terras indígenas. Enquanto as empreiteiras que se enriqueceram (não sem corrupção) durante os governos militares, estão ávidas por polpudos contratos com hidrelétricas, estradas e obras faraônicas, novas belos montes (de dinheiro), empreiteiras que se metamorfosearam em mineradoras, como a Paranapanema, no Amazonas, fizeram fortunas, patrocinaram campanhas difamatórias contra o Conselho Missionário Indigenista (Cimi) e os direitos indígenas na Constituição.

A decisão da Justiça no Amapá é animadora e ao mesmo tempo um alerta de que os interesses minerais estarão investindo alto na aprovação do PL 1610/1996. É necessária muita mobilização dos povos indígenas e seus aliados. Os povos por onde a invasão começou, em Coroa Vermelha, Porto Seguro - BA, onde se realizou a Marcha e Conferência 2.000 continuam e continuarão a dizer não à continuidade de invasão.



ADI 3239: Decreto do PFL/DEM contra quilombolas na pauta do Supremo Tribunal Federal

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.03.2015

Terra de Direitos

Está marcada para o próximo dia 19 a retomada do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239, em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF). A ação discute a constitucionalidade do Decreto Federal 4887/03, instrumento que regulamenta a ação do Estado para titulação dos territórios quilombolas.

A ADI 3239 foi ajuizada em 2004 pelo antigo PFL (hoje DEM). Com essa medida, o partido buscava utilizar-se do poder judiciário para inviabilizar o direito de acesso à terra para as comunidades quilombolas, retirando do Poder Executivo as normas que regem os atos que a administração deve tomar para executar o direito constitucional.

O DEM alega que o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição, norma que expressamente declara o direito das comunidades quilombolas ao território, não pode ser aplicado sem que exista outra lei infraconstitucional que determine os sujeitos e a abrangência do direito.

O julgamento da ADI foi iniciado em abril de 2012, quando o Relator e agora ex -Ministro do STF, César Peluso, votou pela inconstitucionalidade do decreto. Após o voto de Peluso, a Ministra Rosa Weber pediu vistas do processo, interrompendo a votação.

Com a retomada do julgamento a ministra deverá proferir seu voto, assim como os demais ministros e ministras do STF.

O resultado do julgamento determinará o futuro da política pública de titulação dos territórios quilombolas no Brasil. Eventual declaração de constitucionalidade do Decreto fortalecerá e consolidará a política pública de titulação, ao passo em que a declaração de inconstitucionalidade dificultará a sobrevivência das comunidades, pois a atual política ficará inviabilizada.

Após 70 anos, 'soldados da borracha' são indenizados

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.03.2015

Quase 70 anos após o fim da Segunda Guerra, o governo federal começou a indenizar no dia 2 de março os "soldados da borracha", como ficaram conhecidos os retirantes recrutados no Nordeste para extrair o produto na Amazônia e abastecer a indústria bélica americana



Lucas Reis – Folha de S.Paulo / Comissão Pastoral da Terra

Cada soldado e descendente (são 11.900 ao todo), receberá indenização de R\$ 25 mil até o fim do ano. Segundo a Previdência Social, o montante será de R\$ 289 milhões.

Mais da metade dos beneficiários é do Acre (6.895), seguido pelo Amazonas (1.917).

Entre 1942 e 1945, mais de 50 mil pessoas desembarcaram na Amazônia com falsas promessas de fartura, benefícios trabalhistas e até pedaços de terra. A mobilização foi orquestrada pelos EUA, impossibilitados de extrair borracha no sudeste asiático, sob domínio do Japão.

CONT.



Terminada a guerra, em setembro de 1945, mais da metade dos seringueiros havia morrido na mata ou durante as longas jornadas entre o Nordeste e a Amazônia.

Recrutados com status de heróis de guerra pelo governo jamais foram desmobilizados ou levados de volta às suas cidades de origem.

Atualmente, restam pouco mais de 5.000 ex-soldados vivos. A categoria busca os mesmos direitos dos brasileiros que lutaram na Europa.

Desde 1988, os “soldados da borracha” recebem dois salários mínimos – os ex-combatentes recebem sete salários, abono, assistência médica e outros benefícios.

O valor a ser pago é fruto de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição), promulgada pelo Congresso no ano passado. “A indenização foi determinada como forma de reconhecimento pelo nobre serviço que esses trabalhadores prestaram ao país”, disse o ministro Carlos Eduardo Gabas (Previdência).

Os ex-seringueiros, porém, ainda buscam reparação maior. O Sindsbor (Sindicatos dos Soldados da Borracha e Seringueiros de Rondônia) pretendia obter R\$ 800 mil para cada um e tem duas ações em andamento contra a União: por violação dos direitos humanos e exigindo direitos trabalhistas retroativos.

Em dezembro, a DPU (Defensoria Pública da União) ingressou com uma Ação Civil Pública contra a União – juntamente com a Defensoria Pública do Pará – que reivindica indenização de R\$ 200 mil para cada ex-seringueiro, extensível aos dependentes. Segundo a DPU, o caso poderá ser levado à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Foto: Marlene Bergamo/Folhapress



Aty Guasu divulga a carta de KURUSU AMBA enviada ao presidente do STF
SÍTIO CEDEFES, 12.03.2015

Ao: Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Ministro Ricardo Lewandowski e governo federal, Presidente da República Dilma Rousseff

De lideranças de Aty Guasu dos povos Guarani e Kaiowa e comunidades de tekoha Kurusu Amba

A presente nota pública de lideranças de Aty Guasu tem por objetivo divulgar e socializar em primeiro lugar os dados de mortes de Guarani e Kaiowá no Sul do Estado de Mato Grosso do Sul. De fato, de um (01) a duas (02) indígenas Guarani e Kaiowa morrem por dia, isto é, cada dia morre dois ou três indígenas nas Reservas Indígenas e nas beiras da rodovia BR. Em resumo, três (03) e até cinco (05) indígenas Guarani e Kaiowa morrem por semana no Mato Grosso do Sul. Em um mês, morreram e ainda morrem entre os 25 e 30 indígenas Guarani e Kaiowá despejadas nas Reservas indígenas superlotadas e comunidades Guarani e Kaiowa despejadas e largadas às margens das rodovias BR. Para evitar e diminuir mais morte indígena frequente e contínuo, pedimos ao Presidente do STF a suspensão imediata de ação de despejo dos Guarani Kaiowa de Kurusu Amba.

Para lideranças de Aty Guasu o despejo anunciado dos indígenas de suas terras significa a PENA DE MORTE COLETIVA INDÍGENAS, promovida pelo próprio governo e justiça federal. O governo e justiça através de despejo julgam e condenam os indígenas à PENA DE MORTE COLETIVA. Por essa razão, os membros das comunidades Guarani e Kaiowa compreendem muito bem que o despejo e a expulsão da comunidade de parte de suas terras tradicionais é condenação à morte epidêmica, é responsável por essa continuação de morte é o governo e justiça do Brasil.

As comunidades indígenas Guarani e Kaiowa largadas e encontradas na beira da rodovia BR e nas Reservas superpovoadas sem mais espaços de terras e sem mais recursos foram e são famílias inteiras condenadas à morte coletiva acelerada. Pedimos à Presidenta Dilma que pare de promover e autorizar o genocídio Guarani e Kaiowa, é para demarcar as terras indígenas. No início de março de 2015, a justiça e governo federal anunciam e determinam o despejo e expulsão de 250 indígenas Guarani e Kaiowa das comunidades de Kurusu Amba-município de Coronel Sapucaia-MS, faixa de fronteira Brasil com Paraguai. A mando da justiça federal e mega-operação policiais federais anuncia que no dia 16/03/2015 vão retirar e despejar as comunidades de Kurusu Amba e largar às Reservas indígenas ou à margem da rodovia BR, as condenando à pena de morte coletiva.

Diante dessa determinação de expulsão dos indígenas pela justiça e governo federal, as comunidades Guarani e Kaiowa avaliam e compreendem que estão sendo condenados à pena

CONT.



de morte coletiva pela justiça federal. Não temos opção de sobreviver avaliam e concluem as comunidades de tekoha Kurusu Amba. "Se despejar e levar-nos largar à beira da rodovia BR, nós vamos morrer igual lá". " Se largar-nos nas Reservas iremos morrer lá também, não temos alternativa, sem mais chance em viver e sobreviver" analisam as comunidades Guarani e Kaiowa de Kurusu Amba. "Hoje avaliamos e decidimos em morrer aqui no tekoha Kurusu Amba". " Amanhã dia 12/3/2015, às 14horas, os delegados da polícias federais da operação de despejo retornam à comunicar nós o horário de ação de ataque de policiais às comunidades, assim, amanhã os delegados da PF vão anuncia o horário de nossos massacre e a morte coletiva aqui em Kurusu Amba" avisam as comunidades Guarani e Kaiowa. "De nossa parte reafirmamos que não vamos morrer nas margens das rodovias e nem nas Reservas, nós decidimos em ser morto aqui em nosso tekoha Kurusu Amba, e pedimos infelizmente que nos matem e enterrem aqui mesmo, não queremos que retirem os nossos cadáveres daqui de Kurusu Amba" assim solicitam reiteradamente as comunidades Guarani Kaiowá.

É sabido que nas Reservas Indígenas Guarani e Kaiowa superlotadas ocorrem uma ou duas mortes indígenas por dia; e nas comunidades margem das rodovias BR, estão morrendo de modo igual, por isso as comunidades de Kurusu Amba resistem e insistem em lutar até a morte em tekoha Kurusu Amba, todos nós guerreiros e guerreiras apoiamos a resistência de Kurusu Amba.

Diante dessa decisão definitiva das comunidades de Kurusu Amba, nós lideranças de Aty Guasu recorremos ao Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender essa ordem e ação de genocídio e pena de morte coletiva Guarani Kaiowa. Contamos com apoios de todas as sociedades nacionais e internacionais para defender as centenas de vidas humanas de pena de morte coletiva determinada pela justiça federal de Mato Grosso do Sul.

Tekoha Kurusu Amba, 11 de março de 2015
Assinamos lideranças de Aty Guasu Guarani Kaiowa

Fonte: GleiceOliveira Guarani-Kaiowá



Movimentos interditam BR-251 em MG pelo direito à água, demarcação e reforma agrária

SÍTIO CIMI, 12.03.2015

Cerca de 400 pessoas interditaram nessa quinta-feira (12) os dois sentidos da rodovia BR-251, em Montes Claros, norte de Minas Gerais. O protesto era pelo direito à água, pela reforma agrária e demarcação de terras tradicionais. Participaram do ato o Povo Xakriabá, Movimento dos Sem Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens, Geraizeiros, Vazanteiros, a Articulação Rosalino de Povos Tradicionais e Quilombolas e a Articulação Popular São Francisco Vivo.

O trânsito foi liberado por volta das 12h. O protesto fez parte da Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Camponesas, que já teve ações em 21 estados, com marchas, ocupações e trancamento de rodovias. A Jornada denuncia o modelo do agronegócio no campo brasileiro e propõe a agroecologia como alternativa ao capital estrangeiro na agricultura.



Embrapa e Associação de Agroextrativistas desenvolvem projeto na Ilha das Cinzas
SÍTIO CHICOTERRA, 12.03.2015

PUBLICADO POR CHICO TERRA

Lideranças comunitárias e dirigentes da Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Ilha das Cinzas (Ataic) e uma equipe de técnicos da Embrapa Amapá avaliaram as atividades do projeto "Desenvolvimento comunitário sustentável no estuário amazônico", durante seminário realizado nos dias 26 e 27 de fevereiro deste ano, na própria comunidade localizada no município de Gurupá, Estado do Pará.

Na ocasião, foi apresentado o diagnóstico das condições de saneamento e das atividades produtivas das famílias residentes daquela comunidade, além do mapeamento de mais de 80 áreas de açaizais e de 20 áreas de regeneração da espécie florestal pau mulato. Estas ações foram realizadas como parte do projeto executado em parceria entre a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Ilha das Cinzas (Ataic) e a Embrapa, com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), órgão vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia. "As capacitações realizadas em meliponicultura e sobre manejo de açaizais foram reconhecidas pela comunidade como ações de grande importância para o desenvolvimento das famílias", ressaltou o pesquisador Marcelino Carneiro Guedes, da área de recursos florestais da Embrapa Amapá.

Durante o seminário, foi oficializada uma parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Gurupá (Sesmug), que apoiará na atividade de análise da qualidade da água disponibilizadas para consumo na Ilha das Cinzas. O órgão municipal também vai atuar na manutenção dos novos sistemas de tratamento de água e esgoto que serão instalados nas comunidades, conforme prevê o projeto "Desenvolvimento comunitário sustentável no estuário amazônico".

Segundo o pesquisador Marcelino Guedes, a maior parte das metas iniciais do projeto foram cumpridas e algumas antecipadas "O curso sobre manejo de açaizais nativos, por exemplo, foi adiantado em função do interesse dos ribeirinhos no tema e para otimizar uma ação da área de transferência de tecnologia da Embrapa", acrescentou Guedes. O pesquisador enfatiza que a participação da comunidade nos eventos e ao longo das atividades de experimentação para adaptação das tecnologias faz com que o projeto se consolide cada vez mais. O projeto "Desenvolvimento comunitário sustentável no estuário amazônico" tem como objetivo pesquisar e adaptar novas tecnologias de geração alternativa de energia, saneamento ambiental e diversificação produtiva à realidade local do estuário amazônico, para garantir a adoção e expansão das técnicas para as famílias ribeirinhas extrativistas, visando melhorar a renda e a saúde das famílias e minimizar o impacto ambiental na Ilha das Cinzas.



Índios Xavantes considerados heróis após assalto em agência dos Correios

SÍTIO RD NEWS, 12.03.2015

Agência da notícia

Cerca de 20 índios da etnia Xavante estavam no interior da Agência dos Correios de Bom Jesus do Araguaia, na terça-feira (10) por volta das 10h45min quando dois homens pararam uma motocicleta Biz em frente a agência, um com capacete e outro não, e um deles entrou no órgão e anunciou o assalto com uma arma em punho.

De acordo com informações repassadas ao Agência da Notícia, os Xavantes reagiram e agrediram o assaltante com murros e ponta-pés, expulsando o criminoso. Mesmo assim o ladrão ainda levou R\$ 2 mil de uma senhora que também estava no interior da agência.

Os ladrões fugiram tomando rumo ignorado. Os indígenas estão sendo considerados "heróis" de Bom Jesus do Araguaia por terem evitado o assalto. A Polícia Militar fez rondas no intuito de localizar os meliantes, mas sem êxito. As características dos meliantes e do assalto se assemelham com os mesmos que assaltaram Querência e Ribeirão Cascalheira na semana anterior.



Vítimas da cheia de 2014 recebem cartão de benefício a partir desta sexta-feira
SÍTIO RONDÔNIA AO VIVO, 12.03.2015

O primeiro lote de 590 famílias desalojadas pela enchente de 2014 no rio Madeira, e com direito ao auxílio governamental para a cobertura de situações de risco social, receberá cartões magnéticos a partir desta sexta-feira (13), conforme anunciou a diretora-técnica da Secretaria Estadual de Assuntos Estratégicos (Seae), Rosana Cristina Vieira de Souza.

“Antes, elas recebiam mediante a apresentação do Cartão de Pessoa Física (CPF), agora, só o cartão credencia as pessoas responsáveis pelo recebimento dos recursos”, alertou Rosana, informando que atualmente há poucas vítimas das inundações.

Embora o rio esteja próximo da cota de 17 metros, moradores dos distritos de Calama, Nazaré e São Carlos, região de Porto Velho, adiaram a saída rumo aos abrigos organizados por igrejas na Capital, onde apenas uma família desembarcou na madrugada de quarta-feira (11) no Porto Cai n'Água. O barco Deus é Amor retornará na semana que vem à região do Baixo Madeira. No ano passado, nove municípios sofreram os impactos da cheia histórica.

Diversas famílias, embora já organizadas para transferir temporariamente a moradia, preferiram crer que a cheia de 2015 não repetirá o desastre natural do ano passado. Moradores do Baixo Madeira já foram convocados a informar situações de vulnerabilidade social aos seus representantes. Com isso, evitarão prejuízos ao provimento do benefício. “A renda familiar é importante, porque será utilizada no cálculo da distribuição dos recursos destinados aos detentores de renda de até três salários mínimos”, explicou Rosana de Souza.

A Seae ainda enfrenta fraudes ocorridas durante o pagamento anterior, por isso a diretora-técnica solicitou que as pessoas façam o cadastro de senhas dos cartões em agências do Banco do Brasil ou na sede da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), próxima ao Palácio Rio Madeira.

O primeiro requisito para obter benefícios é ser atingido pela enchente. “Além de diversos casos de fraude em documentos, ainda há confusão em relação ao pagamento que o estado faz às famílias”, disse Rosana, lembrando que ao todo são 7.440 famílias que receberam parceladamente o aluguel social. Como o decreto-lei de calamidade pública do Ministério da Integração Nacional teve o prazo expirado em 31 de dezembro, não há como o estado pagar o aluguel aos retardatários, que só receberam benefícios a partir de outubro.

O Grupo de Monitoramento e Acompanhamento Psicossocial de Famílias Atingidas por Enchentes enviou às áreas ribeirinhas psicólogos e assistentes sociais a fim de verificar composições familiares, situação de idosos, adolescentes, pessoas com necessidades físicas, renda familiar e condições de moradia.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 45/2015

Brasília, 12 de março de 2015.

“Em setembro já havíamos constatado que muitas famílias perderam tudo, mas em novembro veio o alento da nova lei determinando transferência de renda às famílias impossibilitadas de subsistir”, citou Rosana.

Fonte: Decom-RO